



# DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO

INSTITUÍDO PELA LEI Nº 030 DE 12 DE MAIO DE 2009

ADMINISTRAÇÃO DO EXCELENTÍSSIMO SR. PREFEITO EM EXERCÍCIO EPIFÂNIO BEZERRA DE LIMA

ANO I - Nº0035 - PARNAMIRIM, RN, 08 DE JUNHO DE 2010

R\$ 0,50

## ATOS DO PODER EXECUTIVO

GABINETE CIVIL  
DECRETOS

### DECRETO Nº. 5.574, DE 04 DE JUNHO DE 2010.

Regulamenta a Lei nº 1.473/2009, a qual dispõe sobre a preservação do sossego, tranqüilidade e do bem estar publico, dentro dos limites do Município de Parnamirim/RN.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARNAMIRIM/RN, no uso das suas atribuições legais,

CONSIDERANDO que a preservação do sossego, tranqüilidade e do bem estar publico são direitos de todos os munícipes;

CONSIDERANDO que a garantia da qualidade de vida dos cidadãos de Parnamirim passa pela preservação do sossego, tranqüilidade e do bem estar publico;

CONSIDERANDO que as Prefeituras devem cultivar bons hábitos para a vida em comunidade;

CONSIDERANDO que a preservação do sossego, tranqüilidade e do bem estar publico, dentro dos limites do Município permite uma melhor qualidade de vida para os cidadãos de Parnamirim/RN.

DECRETA:

#### CAPÍTULO I

Das disposições preliminares

Art. 1º - É proibido perturbar o sossego e o bem estar público com ruídos, vibrações, som excessivo ou incômodo de qualquer natureza, produzidos por qualquer forma ou que contrariem os níveis máximos de intensidade, fixados por este decreto.

PARÁGRAFO ÚNICO - Para toda e qualquer obra e atividade que emita propagação de som deverá haver solicitação de Licenciamento Ambiental específico, conforme critérios estabelecidos pela SEMUR.

Art. 2º - Compete à Secretaria Municipal do Meio Ambiente e do Desenvolvimento Urbano – SEMUR, órgão executivo da política municipal de meio ambiente, o controle, a prevenção e a redução da emissão de ruídos no Município de Parnamirim.

Art. 3º - A ninguém é lícito, por ação ou omissão, dar causa ou contribuir para a ocorrência de qualquer ruído.

Art. 4º - Para os efeitos do presente Decreto, aplica-se as seguintes definições:

I.SOM: fenômeno físico provocado pela propagação de ondas mecânicas em um meio elástico, dentro da faixa de frequência de 16 Hz (dezesesseis hertz) a 20 kHz (vinte quilohertz) e passível de excitar o aparelho auditivo humano;

II.POLUIÇÃO SONORA: toda emissão de som que, direta ou indiretamente seja ofensiva ou nociva à saúde, à segurança e ao bem estar da coletividade ou transgrida as disposições fixadas neste Decreto;

III.RUÍDO: qualquer som que cause ou possa causar perturbações ao sossego público ou produzir efeitos psicológicos ou fisiológicos negativos em seres humanos, incluindo:

a)RUÍDO CONTÍNUO: aquele com variações do nível de pressão acústica considerada pequenas, dentro do período de observação (t = 5 minutos), apresentam uma variação menor ou igual a 6 (seis) decibéis - dB (A), entre os valores máximo e mínimo;

b)RUÍDO DESCONTÍNUO: aquele com variações do nível de pressão acústicas consideradas grandes dentro do período de observação, no intervalo de tempo considerado (t = 5 minutos), apresentam uma variação maior que 6 (seis) decibéis - dB (A), entre os valores máximo e mínimo;

c)RUÍDO IMPULSIVO: aquele que consiste em uma ou mais explosões de energia acústica, tendo cada uma duração menor do que cerca de um segundo;

d)RUÍDO DE FUNDO: todo e qualquer ruído que esteja sendo captado e que não seja proveniente da fonte objeto das medições;

IV - ZONA SENSÍVEL A RUÍDOS OU ZONA DE SILÊNCIO: aquela que, para atingir seus propósitos, necessita que lhe seja assegurado um silêncio excepcional e definida pela faixa determinada pelo raio de 200 metros de distância de hospitais, escolas, creches, bibliotecas, unidades de saúde, asilos e no interior das áreas de preservação ambiental;

V - DECIBEL (dB): unidade de intensidade física relativa do som:

a)dB(A): intensidade do som medida na curva de ponderação A; definido na norma NBR 10.151- ABNT;

b)dB(B): intensidade do som medida na curva de ponderação B, definido na norma NBR 10.151- ABNT;

c)dB(C): intensidade do som medida na curva de ponderação C, definido na norma NBR 10.151- ABNT.

VI - NÍVEL DE SOM EQUIVALENTE (LEQ): nível médio de energia sonora, medido em dB(A), avaliada durante um período de tempo de interesse;

VII - LIMITE REAL DA PROPRIEDADE: aquela que é re-

presentada por um plano imaginário que separa a propriedade real de uma pessoa física ou jurídica de outra;

VIII - SERVIÇO DE CONSTRUÇÃO CIVIL: qualquer operação de montagem, construção, demolição, remoção, reparo ou alteração substancial de uma edificação ou de uma estrutura;

IX - CENTRAIS DE SERVIÇOS: canteiros de manutenção e/ou produção de peças e insumos para atendimento de diversas obras de construção civil;

X - VIBRAÇÃO: movimento oscilatório transmitido pelo solo ou por uma estrutura qualquer, perceptível por uma pessoa.

Art. 5º - Os níveis de pressão sonora fixados por este Decreto, bem como os equipamentos e métodos utilizados para a medição e avaliação, obedecerão as recomendações das normas NBR 10.151 e NBR 10.152, ou às que lhes sucederem.

§ 1º - Para fins de aplicação deste decreto ficam definidos os seguintes horários:

DIURNO: compreendido entre as 07:00 e 19:00h  
NOTURNO: compreendido entre as 19:00 às 07:00h

## CAPÍTULO II

### Da competência

Art. 6º - Na aplicação das normas estabelecidas por este Decreto, compete à SEMUR:

I. estabelecer o programa de controle dos ruídos urbanos e exercer o poder de Polícia administrativa no controle e fiscalização das fontes de poluição sonora;

II. aplicar sanções, interdições e embargos, parciais ou integrais, previstas na legislação vigente;

III. exercer fiscalização;

IV. organizar programas de educação e conscientização a respeito de:

a) causas, efeitos e métodos de atenuação e controle de ruídos;

b) esclarecimentos sobre as proibições relativas às atividades que possam causar poluição sonora.

V - exigir das pessoas físicas ou jurídicas, responsáveis por qualquer fonte de poluição sonora, apresentação dos resultados de medições e relatórios, podendo, para a consecução dos mesmos, serem utilizados recursos próprios ou de terceiros;

VI - impedir a localização de estabelecimentos industriais, comerciais ou de serviços que produzam ou possam vir a produzir, ruídos em unidades territoriais residenciais ou em zonas sensíveis de ruídos.

## CAPÍTULO III

### Das proibições

Art. 7º - Fica proibida a utilização ou funcionamento de qualquer instrumento ou equipamento que produza, reproduza ou amplifique o som, de modo que crie distúrbio sonoro através do limite real da propriedade ou dentro de uma zona sensível a ruídos.

Art. 8º - São expressamente proibidos os ruídos:

I. produzidos por veículos automotores com o equipamento de descarga aberto ou silencioso adulterado ou defeituoso;

II. produzidos através de serviços de auto falantes e outras fontes de emissão sonora, fixas ou móveis, utilizados em pregões, anúncios ou propaganda, nas áreas residenciais, nas zonas sensíveis a ruído e nos logradouros e vias públicas ou para ela dirigidos, devendo os casos especiais serem analisados e autorizados pela SEMUR;

III. produzidos por matracas, cornetas ou de outros sinais exagerados ou contínuos, usados como anúncios por ambulantes para venderem ou propagandearem seus produtos;

IV. provenientes de instalações mecânicas, bandas ou conjuntos musicais e de aparelhos ou instrumentos produtores ou amplificadores de som, tais como vitrolas, fanfarras, apitos, sinetas, campainhas, matracas, sirenes, alto-falantes, quando produzidos na via pública ou quando nela sejam ouvidos de forma incômoda;

V. provenientes da execução de música mecânica ou a apresentação de música ao vivo em estabelecimentos que não disponham de estrutura física - adequada para o condicionamento do ruído em seu interior, tais como trailers, barracas e similares;

VI. provenientes da utilização de equipamentos produtores e amplificadores de som em veículo automotores salvo os autorizados pelo órgão competente de trânsito e devidamente licenciados pela SEMUR;

VII. tipificados no Código do Meio Ambiente de Parnamirim.

§ 1º - excetua-se da proibição estabelecida no inciso IV à música mecânica ambiente de fundo, compatível com a possibilidade de conversação.

§ 2º - Não será concebida a autorização que se refere o inciso II deste artigo, às empresas de distribuição e comercialização de gás, às quais é vedado o uso de alto-falantes e outras fontes de emissão sonora nos veículos destinados ao transporte do produto.

Art. 9º - A queima de foguetes, morteiros, bombas ou outros fogos de artifícios não será permitida, salvo se autorizado pela SEMUR.

Art. 10 - É proibido possuir ou alojar animais que freqüentemente ou continuamente emitam sons que causem Distúrbio Sonoro.

PARÁGRAFO ÚNICO - Estão isentos do cumprimento desse artigo os Zoológicos e os Parques Públicos.

Art. 11 - Não é permitida a utilização de quaisquer ferramentas ou equipamentos, execução de serviço de carga e descarga, concertos, serviços de construção em dias úteis, domingos e feriados, de modo que o som assim originado ultrapasse aos valores máximos fixados neste Decreto.

Art. 12 - Os trios elétricos e veículos similares deverão obedecer ao limite máximo de 85 dbA (oitenta e cinco decibéis na curva de ponderação A) medidos a uma distância de 5 (cinco) metros da fonte de emissão, a altura de 1,20 m (um metro e vinte centímetros) do solo.

Art. 13 - O nível de som provocado por máquinas e aparelhos utilizados nos serviços de construção civil, manutenção dos logradouros públicos e dos equipamentos e infra-estrutura urbana, deverão atender aos limites máximos de pressão sonora estabelecidos neste Decreto.

§ 1º - A atividade de bate-estaca só poderá operar de segunda a sexta-feira no horário compreendido entre 08 e 18 horas e, aos sábados entre 08 e 12 horas.

§ 2º - Excetuam-se da restrição estabelecida no caput deste artigo, a obras e os serviços urgentes e inadiáveis decorrentes de casos fortuitos ou de força maior, os de relevante interesse público e social, acidentes graves ou perigo iminente à segurança e ao bem estar da comunidade, bem como o restabelecimento de serviços públicos essenciais, tais como energia elétrica, gás, telefone, água, lixo, esgoto e sistema viário.

Art. 14 - A emissão de som por veículos automotores, aeroplanos ou aeronaves, nos terminais rodoviários e aeródromos, bem como os produzidos no interior dos ambientes de trabalho obedecerão, as normas expedidas pelo Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN e pelos órgãos competentes dos Ministérios da Aeronáutica e do Trabalho.

## CAPÍTULO V

Dos níveis de pressão sonora com relação ao uso do solo

Art. 15 - Ficam estabelecidos os seguintes limites máximos de pressão sonora para as zonas:

I - zonas residenciais:

- horário diurno = 55 dB(A)
- horário noturno = 45 dB(A)

II - zona diversificada:

- horário diurno = 65 dB(A)
- horário noturno = 55 dB(A)

III - zona industrial:

- horário diurno = 70 dB(A)
- horário noturno = 60 dB(A)

Art. 16 - A emissão de som em decorrência de quaisquer atividades industriais, comerciais, religiosas, prestação de serviços, sociais e recreativas, inclusive propaganda comercial, manifestações trabalhistas e atividades similares, obedecerá aos padrões e critérios estabelecidos neste Decreto.

§ 1º - Quando a fonte poluidora e a propriedade onde se dá o suposto incômodo localizarem-se em diferentes zonas de uso e ocupação, serão considerados os limites estabelecidos para a zona em que se localiza a propriedade onde se dá o suposto incômodo.

§ 2º - Quando a propriedade onde se dá o suposto incômodo tratar-se de zona sensível a ruídos, independentemente da efetiva zona de uso, deverá ser observada a faixa de 200 m (duzentos metros) de distância.

§ 3º - Incluem-se nas determinações desta lei os ruídos decorrentes de trabalhos manuais como o encaixotamento, remoção de volumes, carga de veículos e toda e qualquer atividade que resulte prejudicial ao sossego público.

## CAPÍTULO VI

Das infrações e penalidades

Art. 17 - Os técnicos da SEMUR, no exercício da ação fiscalizadora, terão a entrada franqueada nas dependências das atividades efetivas ou potencialmente poluidoras, localizadas no Município, onde poderão permanecer pelo tempo que se fizer necessário.

PARÁGRAFO ÚNICO - Nos casos de qualquer impedimento ou embargo à ação fiscalizadora, os técnicos ou fiscais da SEMUR poderão solicitar auxílio às autoridades policiais para garantir a execução do serviço.

Art. 18 - A pessoa física ou jurídica de direito público ou privado que infringirem qualquer dispositivo deste Decreto, e demais normas deles decorrentes, ficam sujeitas às seguintes penalidades, independentes da obrigação de cessar a transgressão e de outras sanções da União ou do Estado, cíveis ou penais:

1. Advertência por escrito;
2. Multa simples ou diária;
3. Embargo da obra ou atividade;
4. Interdição parcial ou total do estabelecimento ou atividades;
5. Cassação imediata do alvará de licenciamento do estabelecimento;
6. Perda ou restrição de incentivos e benefícios fiscais concedidos pelo Município;
7. Apreensão de material.

PARÁGRAFO ÚNICO - As penalidades que trata este artigo, poderão ter sua exigibilidade suspensa quando o infrator por termo de compromisso aprovado pela autoridade ambiental que aplicou a penalidade, se obrigar à adoção imediata de medidas específicas para cessar e corrigir a poluição sonora emitida. Cumpridas as obrigações assumidas pelo infrator, a multa poderá ter uma redução de até 30% (trinta por cento) do valor original.

Art. 19 - Causar poluição de qualquer natureza em níveis tais que resultem ou possam resultar em danos à saúde humana, a pena de multa consiste no pagamento do valor correspondente:

I. Nas infrações leves, até 10 (dez) dB (A) acima do limite, de R\$ 200,00 (duzentos reais) a R\$ 1.200,00 (mil e duzentos reais).

II. Nas infrações moderadas, de 11 (onze a quarenta) a 30 (quarenta) dB (A) acima do limite, de R\$ 1.201,00 (mil e duzentos e um reais) a 5.000,00 (cinco mil reais);

III. Nas infrações graves, de 31 (onze a quarenta) a 40 (quarenta) dB (A) acima do limite, de 5.001,00 (cinco mil e um reais) a R\$ 10.000,00 (dez mil reais);

IV. Nas infrações gravíssimas, mais de 41 (quarenta e um) dB (A) acima do limite, de R\$ 10.001,00 (dez mil e um reais) a R\$ 15.000,00 (quinze mil reais).

§ 1º - A obra ou atividade que infringir os padrões de emissão sonora e não estiver de posse da Autorização para a realização do evento pagará multa no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais).

§ 2º - Os valores pagos a título de multa será revertido para o Fundo Municipal de Urbanização e Conservação Ambiental.

Art. 20 - O infrator poderá ser considerado primário ou reincidente.

§ 1º - Considera-se primário o infrator que não tenha sido condenado anteriormente por descumprimento de normas ambiental, quando esgotada a instância administrativa.

§ 2º - Considera-se reincidente o sujeito que repete a infração do mesmo tipo.

Art. 21 - No caso de reincidência, a multa será aplicada em dobro.

Art. 22 - No caso de infração continuada caracterizada pela repetição da ação ou omissão inicialmente punida, a penalidade de multa poderá ser aplicada diariamente até cessar a infração.

Art. 23 - Para imposição de pena e gradação da multa a autoridade ambiental observará:

- I.as circunstâncias atenuantes e agravantes;
- II.a gravidade do fato, tendo em vista as suas conseqüências para a saúde ambiental e o meio ambiente;
- III.a natureza da infração e suas conseqüências;
- IV.o porte do empreendimento;
- V.os antecedentes do infrator, quanto às normas ambientais;
- VI.a capacidade econômica do infrator.

Art. 24 - São circunstâncias atenuantes:

- I.Menor grau de compreensão e escolaridade do infrator;
- II.arrependimento eficaz do infrator, manifestada pela espontânea reparação do dano, ou limitação significativa do ruído emitido;
- III.ser o infrator primário e a falta cometida de natureza leve .

Art. 25 - São circunstancias agravantes:

- I.Ser o infrator reincidente ou cometer a infração de forma continuada;
- II.Ter o infrator agido com dolo direto ou eventual;

Art. 26 - Nos casos de apreensão de apetrechos e equipamentos de qualquer natureza, utilizados na infração, somente será devolvido o material apreendido, mediante pagamento da penalidade pecuniária e adequação as normas deste Decreto.

PARÁGRAFO ÚNICO - O material apreendido será encaminhado ao depósito da SEMUR.

Art. 27 - Para os casos não previstos neste Decreto, os critérios e padrões de poluição sonora serão propostos pela SEMUR e aprovados pelo COMPLUMA.

Art. 28 - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Parnamirim/RN, 04 de junho de 2010.

**MAURÍCIO MARQUES DOS SANTOS**  
Prefeito

GABINETE CIVIL  
PORTARIAS

**PORTARIA Nº. 0473, DE 02 DE JUNHO DE 2010.**

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PARNAMIRIM/RN, no uso das atribuições que lhe confere o art. 73, incisos VI e XII, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

1º. Designar para integrar o CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE PARNAMIRIM - COMDICA, como membro titular, o Senhor ANTONIO MURILO DE PAIVA em substituição ao Senhor Manoel José da Silva, a partir de 02 de junho de 2010.

2º. Publique-se e cumpra-se.

**MAURÍCIO MARQUES DOS SANTOS**  
Prefeito

\*REPUBLICADO POR INCORREÇÃO

**PORTARIA Nº. 0474, DE 04 DE JUNHO DE 2010.**

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARNAMIRIM, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas e de conformidade às disposições da Lei Complementar Nº. 042/2010, de 13 de janeiro de 2010,

RESOLVE:

1º. Nomear THULIANNE LOPES DE SOUZA para exercer o cargo em comissão de Encarregada de Serviço, lotada na Secretaria Municipal de Saúde – SESAD, a partir de 04 de junho de 2010.

2º. Publique-se. Cumpra-se.

**MAURÍCIO MARQUES DOS SANTOS**  
Prefeito

**PORTARIA Nº. 0475, DE 04 DE JUNHO DE 2010.**

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PARNAMIRIM/RN, no uso das atribuições legais e de conformidade ao disposto nos incisos I, VI e XIV do artigo 73 da Lei Orgânica do Município de Parnamirim,

RESOLVE:

1º. Exonerar MARIA DE LOURDES PEREIRA DA COSTA, Mat. 8654, do cargo em comissão de Encarregada de Serviço, Escola Municipal Nossa Senhora da Guia, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura – SEMEC, a partir de 04 de junho de 2010.

2º. Publique-se. Cumpra-se.

**MAURÍCIO MARQUES DOS SANTOS**  
Prefeito

**PORTARIA Nº. 0476, DE 04 DE JUNHO DE 2010.**

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARNAMIRIM, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas e de conformidade às disposições da Lei Complementar Nº. 042/2010, de 13 de janeiro de 2010,

RESOLVE:

1º. Nomear MARIA ROSA DE ARAÚJO para exercer o cargo em comissão de Encarregada de Serviço, desempenhando suas atividades na Escola Municipal Nossa Senhora Da Guia, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura – SEMEC, a partir de

04 de junho de 2010.

2º. Publique-se. Cumpra-se.

**MAURÍCIO MARQUES DOS SANTOS**  
Prefeito

**PORTARIA Nº. 0477, DE 04 DE JUNHO DE 2010.**

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PARNAMIRIM/RN, no uso das atribuições legais e de conformidade a Lei nº 1.086, de 18 de maio de 2001,

RESOLVE:

Conceder ao Secretário Municipal de Obras Públicas - SEMOP, NAUR FERREIRA DA SILVA o valor de R\$ 1.080,00 (hum mil e oitenta reais), correspondente a 02 (duas) diárias de viagem, à Brasília/DF, no período 07 a 08 de junho do corrente ano, para resolver assuntos administrativos do Município.

**MAURÍCIO MARQUES DOS SANTOS**  
Prefeito

**PORTARIA Nº. 0478, DE 04 DE JUNHO DE 2010.**

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PARNAMIRIM/RN, no uso das atribuições legais e de conformidade a Lei nº 1.086, de 18 de maio de 2001,

RESOLVE:

Conceder à Coordenadora de Administração e Finanças da Secretaria Municipal de Obras Públicas - SEMOP, DINAÍSA SOARES FREITAS o valor de R\$ 972,00 (novecentos e setenta e dois reais), correspondente a 02 (duas) diárias de viagem, à Brasília/DF, no período 07 a 08 de junho do corrente ano, para resolver assuntos administrativos do Município.

**MAURÍCIO MARQUES DOS SANTOS**  
Prefeito

**PORTARIA Nº. 0479, DE 04 DE JUNHO DE 2010.**

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PARNAMIRIM/RN, no uso das atribuições legais e de conformidade a Lei nº 1.086, de 18 de maio de 2001,

RESOLVE:

Conceder à Encarregada da Área de Saúde da Secretaria Municipal de Saúde - SESAD, EUCLIMAR NOBRE THOMAZ o valor de R\$ 1.308,00 (hum mil trezentos e oito reais), correspondente a 03 (três) diárias de viagem, à Brasília/DF, no período 07 a 10 de junho do corrente ano, para participar do II SEMINÁRIO SOBRE A POLÍTICA NACIONAL DE PROMOÇÃO DA SAÚDE.

**MAURÍCIO MARQUES DOS SANTOS**  
Prefeito

**PORTARIA Nº: 262/2010, 24 DE MAIO DE 2010.**

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E DOS RECURSOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

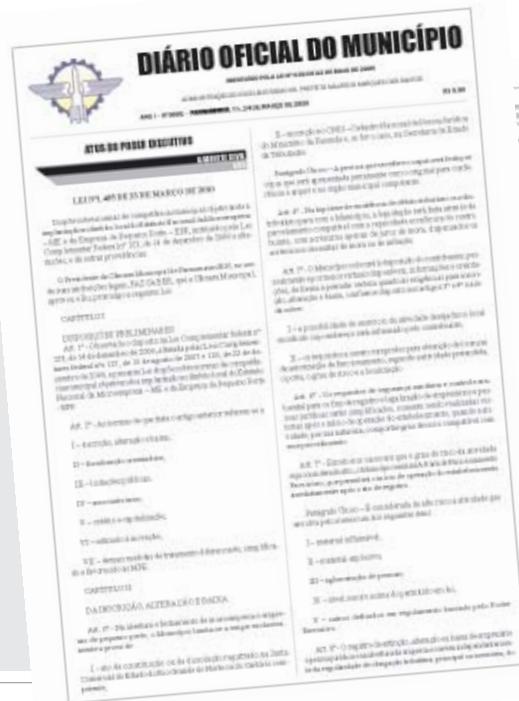
Conceder Licença-Prêmio ao servidor FÁBIO CLAUDINEY DA COSTA PEREIRA, matrícula de nº 5793, Auxiliar de Enfermagem, do Quadro desta Municipalidade, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, por um período de 03 (três) meses, com efeitos a partir de 01/06/2010, devendo retornar às suas atividades em 30/08/2010.

A referida Licença encontra amparo legal nos artigos 124 e 125 da Lei nº 140/69, o Estatuto dos Servidores Públicos do Município.

**FRANCISCO DAS CHAGAS RODRIGUES DE SOUSA**  
Secretário Municipal de Administração  
e dos Recursos Humanos

**DOM na internet**

acesse o site:  
**parnamirim.rn.gov.br**  
e fique por dentro das  
ações realizadas  
no município



# DOM NA INTERNET

acesse o site:  
parnamirim.rn.gov.br  
e fique por dentro  
das ações  
realizadas no município

**NAS BANCAS:**  
Banca Santos Reis,  
Rua Pedro Bezerra Filho, nº 116,  
Santos Reis e Banca Revistão Central,  
Av. Everaldo Breves, Centro

